

ebook

Manual **PRÁTICO** da Revisão Contratual

**Hugo
Pimentel**

Advogado Bancário



Introdução

Uma Jornada no Direito Bancário

Olá, sou Hugo Pimentel, e antes de adentrarmos ao universo da análise de contratos bancários, permita-me compartilhar minha jornada contigo.

Houve um tempo em que meu caminho na advocacia estava apenas começando. Como estagiário, testemunhei uma audiência que ecoa na minha memória até hoje. Era um caso simples, um cliente carente em busca de aposentadoria por invalidez.

Ao presenciar a sentença procedente, percebi o impacto transformador que a justiça poderia ter na vida das pessoas. Esse momento, embora desafiador, tornou-se o catalisador para minha dedicação integral à advocacia.

Minha jornada profissional evoluiu naturalmente, levando-me a explorar diversas áreas do direito, em meus 07 anos de profissão. Contudo, foi no direito bancário que encontrei minha verdadeira vocação. Percebi a capacidade dessa área em transformar vidas, especialmente daqueles em situação de endividamento.

Ao especializar-me no direito bancário, cruzei um limiar repleto de desafios, mas também de oportunidades extraordinárias para advogados.

Optei por enfrentar o abuso financeiro, lutando diariamente ao lado daqueles que precisam de auxílio. Cada batalha travada contra os abusos dos bancos tornou-se uma oportunidade de efetuar mudanças positivas na vida dos meus clientes, reforçando meu compromisso com a justiça.

Hoje, estou aqui para compartilhar minha experiência no direito bancário através deste e-book. Uma ferramenta para advogados de todo o Brasil identificarem ilegalidades em contratos bancários e ingressarem nessa área repleta de potencial e gratificação.

Ao criar este guia, retorno transformado e pronto para inspirar outros advogados a trilhar caminhos semelhantes. A advocacia, no direito bancário, não é apenas uma missão; é uma oportunidade de alavancar o seu escritório de forma significativa, podendo alcançar até R\$10.000,00 ou mais, por mês.

Preparado para mergulhar nessa jornada comigo? Este e-book é o mapa para desbravarmos juntos o território lucrativo e gratificante do direito bancário.

Vamos Começar!

Índice

Manual Prático da Revisão Contratual

Cap. 01 Obtendo o Contrato Bancário Pag.06

- 1.1 Importância da Solicitação Formal
- 1.2 Três Formas de Obter o Contrato Bancário
- 1.3 Dica Extra: Ação de Exibição de Documentos
- 1.4 Forma Prática: Modelo de Solicitação Escrita

Cap. 02 Identificando Tarifas Bancárias Ilegais. Pag.12

- 2.1 Compreendendo a Legislação Pertinente.
- 2.2 Listagem Detalhada das Tarifas.
- 2.3 Forma Prática: Modelo de Contestação de Tarifas Ilegais.

Cap. 03 Identificando Vendas Casadas. Pag.19

- 3.1 Entendendo o Conceito de Vendas Casadas.
- 3.2 Vendas Casadas Mais Comuns nos Contratos Bancários.
- 3.3 Forma Prática: Modelo de Contestação e Vendas Casadas.

Cap. 04 Análise da Real Taxa de Juros do Contrato Pag.22

- 4.1 Importância da Análise da Taxa de Juros.
- 4.2 Procedimentos para Obter a Real Taxa de Juros.

Cap. 05 Descobrendo a Taxa Média do Banco Central. Pag.27

- 5.1 Papel da Taxa Média do Banco Central na Análise Contratual.
- 5.2 Procedimento para Obter a Taxa Média.
- 5.3 Súmula 530 do STJ.

Cap. 06 Considerações finais Pag.33



01

Capítulo

Obtendo o Contrato Bancário

Bem-vindo ao primeiro capítulo deste e-book, uma etapa crucial na jornada de desvendar os segredos dos contratos bancários. Neste capítulo, mergulharemos na arte de obter o contrato, o ponto de partida essencial para uma análise jurídica profunda e informada.

1.1 - Importância da Solicitação Formal.

A primeira coisa que você precisa saber, é que os bancos são obrigados a fornecer cópia de seus contratos, recibos, extratos, comprovantes e demais documentos relativos a operações e serviços. E isso está determinado na Resolução 3.694/09 do Banco Central do Brasil.

Entretanto, não é novidade para ninguém que os bancos e instituições financeiras dificultam ao máximo o acesso do consumidor aos contratos bancários, principalmente aqueles recheados de ilegalidades.

Por isso, antes de nos aprofundarmos na análise, é imperativo destacar a relevância da obtenção formal do contrato bancário.

Recomento, enfaticamente, que todas as solicitações sejam realizadas de maneira clara e documentada. Opte pela formalidade, seja por meio de uma correspondência registrada, um requerimento formal ou um e-mail oficial, deixando claro o objetivo da solicitação.

Assim, havendo a necessidade de interpor uma ação judicial de exibição de documentos, você já terá prova de tentativa extrajudicial de obtenção dos documentos. Isso é muito importante, tendo em vista o crescente entendimento dos Tribunais quanto à obrigatoriedade da tentativa administrativa.

Dessa forma, se o seu cliente não possui a cópia do contrato bancário, eis aqui 03 formas para se conseguir:

1.2 - Três Formas de Obter o Contrato Bancário:

Primeira forma: Pedir ao cliente para comparecer presencialmente no Banco e fazer um requerimento junto ao gerente bancário para fornecimento de cópia do contrato. Você pode até mesmo levar um requerimento já previamente preenchido. (Modelo do Requerimento no Tópico 1.4)

Aconselho a enviar duas cópias do requerimento e pegar a assinatura do gerente na cópia que ficará com o cliente.

Assim, se o Banco não fornecer, você já possui a prova da tentativa extrajudicial de obtenção do contrato.

Provavelmente será solicitado um prazo para entregarem o contrato, o que é permitido.

Segunda forma: Solicitar cópia do contrato através de ligação ao banco contratado, pedindo o envio da cópia por e-mail.

Nessa situação, você deverá anotar a data e horário da ligação e, claro, o número de protocolo. Você também pode gravar a conversa, para comprovar o pedido.

Como na primeira forma, pode ser que o atendente peça alguns dias para enviar o contrato, o que também é permitido.

Se o Banco não enviar o contrato no prazo estipulado, você já possui a prova da tentativa extrajudicial de obtenção do contrato.

Terceira forma: Você poderá requerer a cópia de seu contrato bancário através do site [Consumidor](https://www.consumidor.gov.br/), que é um serviço público gratuito que permite o contato direto entre consumidores e empresas para solução alternativa de conflitos.

Para isso, seu cliente precisará ter uma conta do <https://www.gov.br/>, nos níveis PRATA ou OURO. Ao acessar o site do consumidor, você deverá clicar em Nova Reclamação e preencher as informações solicitadas, conforme exemplo abaixo:

Cadastrar Reclamação

Nome da Empresa: BANCO (ITA) UNBANCO

Procurou a empresa para solucionar o problema? Sim Não

Como Comprou/Contratou: Loja física

Para facilitar o entendimento e resolução de sua reclamação, é necessário selecionar a área de atuação da empresa, o assunto e o problema relacionados ao seu problema com a empresa.

Área: Serviços Financeiros

Assunto: Crédito Pessoal e Demais Empréstimos (exceto financiamento de imóveis e veículos)

Problema: Não entrega do contrato ou documentação relacionada ao serviço

As informações adicionais abaixo auxiliam na identificação do problema relatado, portanto é muito importante que sejam preenchidas corretamente. Esse conteúdo não é público, sendo visualizado somente pela empresa e pelo órgão gestor competente.

Valor: 5000,00

Descreva sua Reclamação

ATENÇÃO!
Para garantir sua privacidade e segurança, não insira dados pessoais como nome, CPF, RG, telefone ou ainda informações como número de conta, senha ou cartão de crédito, pois o conteúdo deste campo será público. Lembre-se que, conforme o Termo de Uso, NÃO é permitido:

1. Reclamar em nome de terceiros;
2. Utilizar ou enviar informações ilegais, agressivas, caluniosas, abusivas, difamatórias, obscenas, invasivas a privacidade de terceiros, ou que atentem contra os bons costumes, a moral ou ainda que contrariem a ordem pública.

Para auxiliar na análise da sua reclamação, você pode anexar documentos, tais como nota fiscal, comprovante de pagamento, extratos, ordem de serviço, folheto de oferta, orçamento, etc.

Modelos de Reclamação

Venha por meio desta informar que não recebi a via dos meus contratos bancários no dia da contratação, razão pela qual, solicito a cópia destes no presente momento.

no máximo mais 2836 caracteres

Descreva seu Pedido à Empresa

Informe aqui o seu pedido (por exemplo: devolução do valor pago, troca ou reparo do produto, cancelamento do contrato etc).

Modelos de Pedido

Solicito ainda cópia de todo e qualquer Contrato Bancário realizado pelo(a) Notificante, inclusive Contratos de Financiamentos, Contratos de Empréstimos Consignados e Empréstimos Pessoais, Contrato de Abertura de Conta Bancária, Contratos de Seguros, Contratos de Autorização para Abertura e Utilização de Cheque Especial, bem como todos os demais contratos que porventura existam entre esta instituição financeira e o(a) Notificante, até mesmo aqueles já encerrados.

no máximo mais 533 caracteres

O campo Anexo é de preenchimento opcional. Para auxiliar na análise da sua reclamação, você pode anexar documentos, tais como nota fiscal, comprovante de pagamento, extratos, ordem de serviço, folheto de oferta, orçamento, etc. Você pode inserir até 5 anexos, com tamanho máximo de 1 Megabyte cada um. Os formatos aceitos são: doc, docx, gif, jpeg, jpg, ods, odt, pdf, png, txt, xls, xlsx.

Anexos

Nome	Tamanho (bytes)	Ações

Para facilitar, segue abaixo os modelos para que você possa preencher os campos “Reclamação” e “Pedido”:

Modelo de Reclamação:

Venha por meio desta informar que não recebi a via dos meus contratos bancários no dia da contratação, razão pela qual, solicito a cópia destes no presente momento.

Modelo de Pedido:

Solicito ainda cópia de todo e qualquer Contrato Bancário realizado pelo(a) Notificante, inclusive Contratos de Financiamentos, Contratos de Empréstimos Consignados e Empréstimos Pessoais, Contrato de Abertura de Conta Bancária, Contratos de Seguros, Contratos de Autorização para Abertura e Utilização de Cheque Especial, bem como todos os demais contratos que porventura existam entre esta instituição financeira e o(a) Notificante, até mesmo aqueles já encerrados.

Ao finalizar o preenchimento do problema, basta avançar e confirmar. Pronto, sua solicitação foi realizada e o próprio site agendará uma data limite para resposta.

Os contratos serão disponibilizados na própria plataforma do consumidor.

Se o Banco negar a entrega do contrato, você já possui uma negativa extrajudicial.

1.3 - Dica extra: Ação de Exibição de Documentos

Se você tentou obter o contrato através de uma das formas acima apresentadas e mesmo assim não conseguiu, você advogado, poderá interpor uma Ação de Exibição de Documentos para o seu cliente.

O Juiz, ao analisar os pedidos, poderá determinar que o Banco

apresente os contratos, sob pena de multa em caso de descumprimento!

Além disso, essa ação é uma possibilidade para cobrança de honorários iniciais.

E caso o seu cliente não possua condições financeiras para arcar com valores iniciais, ainda é uma ação que vale a pena, uma vez que você receberá honorários de sucumbência e ainda conseguirá a cópia do contrato bancário para análise.

1.4 - **Forma Prática:** **Modelo de Solicitação Escrita.**

Cidade(Estado), ... de de 2.023.

Ilmo(a). Sr(a). Gerente do Banco - Agência de
Cidade(Estado)

Através da presente, FULANO DE TAL, (qualificação completa), neste ato representada por seu Procurador e Advogado que a esta subscreve, vem, respeitosamente NOTIFICA-LO dos seguintes termos:

Prezado(a) Senhor(a),

Solicito a apresentação de todos os extratos bancários da Notificante, contados da abertura da conta até o presente momento, com todos os detalhes das movimentações financeiras.

Solicito ainda cópia de todo e qualquer Contrato Bancário realizado pela Notificante, inclusive Contrato de Abertura de Conta Bancária, Contratos de Seguros, Contratos de Empréstimos Consignados e Empréstimos Pessoais, Contratos de Autorização para Abertura e Utilização de Cheque Especial, bem como todos os demais contratos que porventura existam entre Banco e a Notificante, até mesmo aqueles já encerrados.

Referida solicitação possui fulcro a verificar as legalidades dos descontos e operações realizadas pelo Notificado ao longo dos anos, os quais vêm trazendo sérios danos a Notificante, que se encontra atualmente com saldo devedor e sem rendimentos mensais;

Em razão disto e, para que surtam os efeitos legais, fica Vossa Excelência Notificado em todos os termos da Lei para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente toda a documentação solicitada, sob pena de interposição de Ação Judicial de Exibição de Documentos e Ações Judiciais Anulatórias de Contratos/Operações Bancárias;

Sendo só para o momento, despedimo-nos com as homenagens de estilo.

Cidade (Estado) ... de de 2.023.

Fulano de Tal.
C.P.F. nº

Hugo Pimentel da Cunha Bichara.
Advogado. OAB/MG. 173.052.



02

Capítulo

Identificando Tarifas Bancárias Ilegais

Bem-vindo ao segundo capítulo deste e-book, onde adentraremos no complexo universo das tarifas bancárias, explorando estratégias para identificar aquelas que podem ser consideradas ilegais ou desvantajosas para os clientes. A compreensão dessas tarifas é fundamental para garantir relações bancárias justas e transparentes

2.1 - Compreendendo a Legislação Pertinente.

Antes de nos aprofundarmos na minuciosa análise das tarifas, é essencial estabelecer uma compreensão sólida da legislação que direciona as cobranças bancárias. Recomenda-se adquirir uma familiaridade com normas e regulamentos que abordam as tarifas, garantindo que sua análise esteja em conformidade com as diretrizes legais.

A Tarifa representa a remuneração pelos serviços efetivamente prestados aos clientes e usuários pelos bancos e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central.

De acordo com a Lei do Sistema Financeiro Nacional, é

responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN) regular as tarifas bancárias praticadas pelos bancos.

Existem várias resoluções relacionadas à cobrança de tarifas, sendo as mais recentes as seguintes:

- CMN 3919/2010
- CMN 3959/2011

É aconselhável consultar regularmente o site do Banco Central, especialmente nas seções de normas e consulta de tarifas bancárias.

Para que a cobrança da tarifa ser considerada correta, o serviço deve atender às seguintes condições:

- A) previsto no contrato e
- B) ser efetivamente prestado pelo banco.

No entanto, é crucial observar que o banco deve seguir regras específicas dependendo se o cliente é pessoa física ou jurídica:

Pessoa Física: Apenas é permitida a cobrança das tarifas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Uma dica útil é utilizar a funcionalidade no site do Bacen para encontrar essas tarifas bancárias:

Link: [Instituições e respectivas tarifas bancárias \(bcb.gov.br\)](http://bcb.gov.br)

Pessoas Jurídicas: Embora não haja uma previsão específica, a tarifa pode ser cobrada se estiver:

- a) prevista no contrato;
- b) for efetivamente prestado pela instituição;
- c) divulgada conforme as regras do art. 15 da Resolução nº 3.919/2010, em local e formato visíveis ao público em suas dependências, bem como nos respectivos sítios eletrônicos na internet.

É importante notar que, para cliente pessoa física, existe uma lista dos serviços padronizados que o banco ou instituição pode cobrar como tarifa.

Já para o cliente pessoa jurídica, não há padronização, apenas regras.

Caso a cobrança da tarifa resulte em enriquecimento sem causa em prejuízo ao seu cliente (consumidor) ou violar o CDC (art. 51, IV, §1º, incisos II e III com art. 876 e 884 do CC), é possível requerer a sua nulidade.

Dada a diversidade de tarifas existentes, confira confirma o quadro resumido a seguir, elaborado para auxiliar nas principais tarifas.

2.2 - Listagem Detalhada das Tarifas

TARIFAS	FUNDAMENTAÇÃO	É VALIDA OU ILEGAL?
Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) e Tarifa de Emissão de Carnê (TEC)	Súmula 565 do STJ: “A pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, é válida apenas nos contratos bancários anteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30/4/2008.”	Contrato anteriores a 30/04/2008 – VÁLIDA Contratos posteriores a 30/04/2008 – ILEGAL
Tarifa de Serviço de Terceiro	Tema 958 do STJ: 2.1. Abusividade da cláusula que prevê a cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado. 2.2. A	É VÁLIDA desde que haja previsão em contrato com especificação do serviço a ser efetivamente prestado.
Tarifa de Avaliação de Bem e Tarifa de Registro de Contrato	Súmula 958 do STJ: “Validade da cobrança, em contratos bancários,	São VÁLIDAS , desde que o serviço prestado seja efetivamente

	<p>de despesas com serviços prestados por terceiros, registro do contrato e/ou avaliação do bem, ressalvadas a:</p> <p>2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado;</p> <p>2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.”</p>	<p>e não haja onerosidade excessiva.</p>
<p>Tarifa de Cadastro</p>	<p>Súmula 566 do STJ: “Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30/4/2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.”</p>	<p>Contratos anteriores a 30/04/2008 – ILEGAL</p> <p>Contratos posteriores a 30/04/2008 – VÁLIDA</p> <p>Contratos anteriores a 30/04/2008 – ILEGAL</p>
<p>Tarifa de inclusão de gravame eletrônico</p>	<p>Tema 972. “1 – Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res. – CMN 3.954/2011,, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa</p>	<p>Não remuneram nenhum serviço prestado em benefício do consumidor – ILEGAL</p>

	<p>resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva.</p> <p>2. Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.</p> <p>3 – A abusividade de encargos acessórios do contrato não descharacteriza a mora.</p> <p>REsp 1639320/SP”</p>	
--	---	--

Observando o quadro, é possível perceber que diversas tarifas consideradas legais requerem o cumprimento de uma série de condições para sua cobrança legal, certo?

Caso haja dúvidas quanto à efetiva prestação desses serviços pelo banco, é recomendável solicitar a comprovação dessa prestação.

Se o Banco não apresentar evidências da prestação do serviço, há a possibilidade de buscar o ressarcimento em dobro, mediante uma ação judicial.

2.3 - Forma Prática: Modelo de Contestação de Tarifas Ilegais.

Cidade(Estado), ... de de 2.023.

Ilmo(a). Sr(a). Gerente do Banco – Agência de Cidade(Estado)

Através da presente, FULANO DE TAL, (qualificação completa), neste ato representada por seu Procurador e Advogado que a esta subscreve, vem, respeitosamente NOTIFICA-LO dos seguintes termos:

Prezado(a) Senhor(a),

Após analisar minuciosamente meu contrato bancário sob o nº, identifiquei a cobrança de tarifas que, a meu ver, não atendem aos critérios estabelecidos pela legislação aplicável.

Gostaria de destacar que, conforme as normas do Conselho Monetário Nacional e demais regulamentações pertinentes, as tarifas bancárias devem ser cobradas apenas quando o serviço correspondente for efetivamente prestado e estiver em conformidade com o que foi acordado contratualmente.

Diante do exposto, solicito gentilmente que forneça as devidas comprovações da efetiva prestação dos serviços que deram origem às tarifas mencionadas, devendo informar:

1. Descrição detalhada dos serviços prestados;
2. Data de hora da prestação de cada serviço;
3. Identificação do funcionário ou empresa responsável pela prestação do serviço;
4. Comprovação dos gastos efetivos com a prestação do serviço.

Caso o Banco não possa apresentar as devidas comprovações da prestação dos serviços em questão, reservo-me o direito de pleitear o ressarcimento integral das tarifas indevidamente cobradas, conforme previsto em legislação vigente.

Ressalto a importância de resolver esta questão de maneira amigável e eficaz, evitando assim a necessidade de tomar medidas legais mais formais.

Em razão disto e, para que surtam os efeitos legais, fica Vossa Excelência Notificado em todos os termos da Lei para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente toda a documentação solicitada, sob pena de interposição de Ação Judicial de Anulação de Tarifa c/c Pedido de Repetição do Indébito e Danos Morais;

Sendo só para o momento, despedimo-nos com as homenagens de estilo.

Cidade (Estado) ... de de 2.023.

Fulano de Tal.
C.P.F. nº

Hugo Pimentel da Cunha Bichara.
Advogado. OAB/MG. 173.052.



03

Capítulo

Identificando Vendas Casadas

Bem-vindo ao terceiro capítulo deste e-book, onde exploraremos o intrincado conceito de vendas casadas em contratos bancários. Compreender e identificar essa prática é essencial para assegurar relações transparentes e justas entre clientes e instituições financeiras.

3.1 - Entendendo o Conceito de Vendas Casadas

Vendas casadas referem-se à prática de condicionar a contratação de um produto ou serviço à aquisição de outro, muitas vezes sem considerar as reais necessidades ou preferências do cliente. Essa prática é proibida por diversas normativas, pois compromete a liberdade de escolha do consumidor.

3.2 - Vendas Casadas Mais Comuns nos Contratos Bancários

No contexto bancário, um exemplo clássico de venda casada pode ocorrer quando um banco condiciona a concessão de

um empréstimo à contratação de um produto adicional, como um seguro específico, uma aplicação financeira ou outros serviços financeiros. Isso limita a liberdade de escolha do cliente, forçando-o a adquirir produtos ou serviços que ele não necessariamente deseja ou precisa.

Portanto, ao analisar um contrato bancário, fique atento à existência de outros produtos e serviços vinculados. Pergunte sempre ao cliente se este realizou a contratação deste outro produto.

Se o cliente não tiver autorizado ou sequer sabia dessa contratação, é possível contestar o produto e até mesmo interpor uma ação na justiça.

3.3 - Forma Prática: Modelo de Contestação de Vendas Casadas

Cidade(Estado), ... de de 2.023.

Ilmo(a). Sr(a). Gerente do Banco ... – Agência de Cidade(Estado)

Através da presente, FULANO DE TAL, (qualificação completa), neste ato representada por seu Procurador e Advogado que a esta subscreve, vem, respeitosamente NOTIFICA-LO dos seguintes termos:

Prezado(a) Senhor(a),

Ao analisar detalhadamente os termos do contrato nº, celebrado entre este Notificante e o Banco, observei a imposição de condições que vinculam a concessão de um produto ou serviço à aquisição de outros, o que configura uma venda casada, prática vedada pela legislação consumerista.

Gostaria de destacar que a venda casada não apenas viola os princípios da livre escolha do consumidor, mas também vai de encontro à normativas e regulamentações que protegem os direitos dos clientes no âmbito bancário.

Diante da constatação, solicito gentilmente que o Notificado reveja as cláusulas contratuais que impõem essa vinculação e

providencie as devidas correções para assegurar o pleno cumprimento da legislação aplicável.

Caso não seja possível ajustar o contrato de maneira satisfatória, reservo-me o direito de buscar orientação legal para garantir meus direitos como consumidor.

Ressalto a importância de resolver esta questão de maneira amigável e eficaz, evitando assim a necessidade de tomar medidas legais mais formais.

Em razão disto e, para que surtam os efeitos legais, fica Vossa Excelência Notificado em todos os termos da Lei para que, no prazo de 5 (cinco) dias, providencie as devidas correções, com a exclusão da venda casada e revisão do contrato, sob pena de interposição de Ação Judicial de Anulação de Venda Casada c/c Pedido de Ressarcimento dos Valores e Danos Morais;

Sendo só para o momento, despedimo-nos com as homenagens de estilo.

Cidade (Estado) ... de de 2.023.

Fulano de Tal.
C.P.F. nº

Hugo Pimentel da Cunha Bichara.
Advogado. OAB/MG. 173.052.



04

Capítulo

Análise da Real Taxa de Juros do Contrato.

Bem-vindo ao quarto capítulo deste e-book, onde mergulharemos na análise da taxa de juros, uma componente fundamental dos contratos bancários. Compreender como calcular e interpretar a taxa de juros real é crucial para avaliar a equidade do contrato e proteger os interesses dos clientes.

4.1 - Importância da Análise da Taxa de Juros

A taxa de juros é um dos elementos mais críticos em um contrato bancário, influenciando diretamente o custo total do empréstimo ou serviço financeiro. Neste capítulo, exploraremos a importância de uma análise detalhada e métodos práticos para calcular a taxa de juros efetiva.

4.2 - Procedimentos para Obter a Real Taxa de Juros

Em todo contrato bancário existe um campo com todas as informações sobre o seu contrato, como valor financiado, a quantidade de parcelas, o valor de cada prestação, IOF e, claro,

a Taxa de Juros!

Normalmente, para confundir o consumidor, o Banco apresenta duas taxas de juros no contrato, uma intitulada de “Taxa de Juros” e a outra de “CET – Custo Efetivo Total”, vejamos um exemplo:

1.4 - Valor total do IOF R\$ 2.032,63			1.5 - Valor total emprestado (soma dos subitens 1.3, 1.4, 1.15 e 1.18) R\$ 60.262,63		
1.6 - Taxa de juros remuneratórios			1.7 Quantidade de parcelas	1.8 - Valor de cada parcela	1.9 - Vencimento das parcelas
1.6.1. ao mês (30 dias) 4,68%	1.6.2. ao ano (365 dias) 74,45%	1.6.3 Periodicidade da capitalização MES COMERC	44	R\$3.604,43	todo dia: 30
1.10. Data de vencimento da 1ª parcela 30/08/2021	1.11 - Data de vencimento da última parcela 31/03/2025	1.12. Taxa de juros moratórios ao mês (30 dias) 5,68%	1.13. Local de celebração (Cidade onde está localizada a agência do cliente) MANHUACU - MG		
1.14. Taxa de desconto para amortização/liquidação antecipada		1.15 Outras despesas desta operação	1.16 Custo Efetivo Total (CET)		
1.14.1. prazo a decorrer de até 12 (doze) meses 4,68% (taxa do contrato)	1.14.2. prazo a decorrer superior a 12 (doze) meses 4,68% (taxa do contrato)	R\$ 0,00	1.16.1 ao mês (30 dias) 4,88%	1.16.2 ao ano (365 dias) 78,64%	

Assim, para que possamos realizar o nosso cálculo, precisamos tomar como base apenas as taxas apresentadas no Custo Efetivo Total, uma vez que correspondem a todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito.

Agora, com a taxa de juros real devidamente identificada, precisamos analisar duas questões:

- **1ª Questão:** Se o Banco está respeitando a Taxa de Juros contratada;
- **2ª Questão:** Se a Taxa de Juros está dentro do permitido.

Para identificarmos se o Banco está respeitando a Taxa de Juros contratada, precisamos utilizar a calculadora disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, no seguinte link: [BCB – Calculadora do cidadão](#)

Ao acessar o link, você verá essa calculadora:

Financiamento com prestações fixas

Simule o financiamento com prestações fixas

Nº. de meses	<input type="text"/>
Taxa de juros mensal	<input type="text"/> %
Valor da prestação <small>(Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)</small>	<input type="text"/>
Valor financiado <small>(O valor financiado não inclui o valor da entrada)</small>	<input type="text"/>

[Metodologia](#)

Calcular
Limpar
Voltar
Imprimir

Então, basta preencher o número de meses (prestações), o valor da prestação e o valor total financiado, deixando o campo de “Taxa de juros mensal” em branco e clicar em “Calcular”. No caso de exemplo, vamos utilizar as informações extraídas do contrato acima apresentado:

Financiamento com prestações fixas

Simule o financiamento com prestações fixas

Nº. de meses	<input type="text" value="44"/>
Taxa de juros mensal	<input type="text"/> %
Valor da prestação <small>(Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)</small>	<input type="text" value="3604,43"/>
Valor financiado <small>(O valor financiado não inclui o valor da entrada)</small>	<input type="text" value="60262,63"/>

[Metodologia](#)

Calcular
Limpar
Voltar
Imprimir

Assim, a calculadora do Banco Central lhe dará, de forma automática, a VERDADEIRA TAXA DE JUROS aplicada no contrato em análise, vejamos:

Financiamento com prestações fixas
Simule o financiamento com prestações fixas

Nº. de meses	<input type="text" value="44"/>
Taxa de juros mensal	<input type="text" value="5,386600"/> %
Valor da prestação <small>(Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)</small>	<input type="text" value="3.604,43"/>
Valor financiado <small>(O valor financiado não inclui o valor da entrada)</small>	<input type="text" value="60.262,63"/>

[Metodologia](#)

O total desse financiamento de 44,00 parcelas de 3.604,43 reais é 158.594,92 reais, sendo 98.332,29 de juros.

Ou seja, no exemplo utilizado, a taxa de juros efetivamente cobrada pelo Banco foi de 5,38% ao mês.

Agora, basta comparar o Custo Efetivo Total do contrato sob análise, com a Taxa de Juros apresentada no cálculo. **Se essa for maior do que a taxa contratada, significa que o banco não está respeitando a taxa contratada.**

E para saber qual seria o valor correto da parcela mensal do seu contrato, é só fazer o cálculo informando o Custo Efetivo Total do contrato e deixar o campo "Valor da prestação" em branco, conforme exemplo:

Financiamento com prestações fixas
Simule o financiamento com prestações fixas

Nº. de meses	<input type="text" value="44"/>
Taxa de juros mensal	<input type="text" value="4,88"/> %
Valor da prestação <small>(Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)</small>	<input type="text"/>
Valor financiado <small>(O valor financiado não inclui o valor da entrada)</small>	<input type="text" value="60262,63"/>

[Metodologia](#)

Clicando em calcular, você descobrirá qual valor sua parcela deveria ser, se o Banco estivesse respeitando a taxa de juros contratada:

Financiamento com prestações fixas
Simule o financiamento com prestações fixas

Nº. de meses	<input type="text" value="44"/>
Taxa de juros mensal	<input type="text" value="4,880000"/> %
Valor da prestação <small>(Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)</small>	<input type="text" value="3.352,85"/>
Valor financiado <small>(O valor financiado não inclui o valor da entrada)</small>	<input type="text" value="60.262,63"/>

[Metodologia](#)

O total desse financiamento de 44,00 parcelas de 3.352,85 reais é 147.525,40 reais, sendo 87.262,77 de juros.

Havendo divergência na taxa de juros, você poderá interpor com uma ação revisional de contrato na justiça, pleiteando a revisão do contrato com a devolução dos valores pagos em excesso. Em alguns casos, a depender da diferença da taxa de juros e da quantidade de parcelas já pagas, é possível até mesmo declarar a quitação do contrato.

Entendo também ser possível cumular referida ação com pedido de indenização por danos morais, diante da prática abusiva cometida pela instituição financeira.

OBS: No exemplo acima, utilizamos as informações obtidas no contrato também apresentado como exemplo.



5

Capítulo

Descobrimo
a Taxa Média do
Banco Central.

Bem-vindo ao quinto capítulo deste e-book, onde exploraremos a importância da Taxa Média do Banco Central na análise de contratos bancários e claro, como identificá-la. Entender como essa taxa influencia os contratos é crucial para avaliar a equidade das condições oferecidas pelas instituições financeiras.

5.1 - Papel da Taxa Média do Banco Central na Análise Contratual

A Taxa Média do Banco Central é uma referência fundamental para a economia, influenciando as taxas de juros praticadas no mercado financeiro. No contexto dos contratos bancários, essa taxa desempenha um papel crucial na determinação de condições justas e alinhadas com as práticas do setor.

5.2 - Procedimento para Obter a Taxa Média

Agora que aprendeu a verificar a verdadeira taxa de juros

cobrada em seu contato (Capítulo 4), vou demonstrar como analisar a segunda questão: se a taxa de juros do contrato está dentro do permitido pelo Banco Central do Brasil.

Mais uma vez, vamos utilizar as ferramentas disponibilizadas pelo BACEN.

Para facilitar a consulta, vou dar um exemplo para você acompanhar junto comigo:

- Contrato de Empréstimo Pessoal (Crédito pessoal não-consignado – pré-fixado)
- Data de assinatura do contrato: 01/06/2021
- Instituição Bancária: Itaú Unibanco S.A.
- Taxa de Juros Mensal prevista no contrato: 4,88%
- Taxa de Juros Anual prevista no contrato: 78,64%

Com essas informações do contrato em mãos, abra o site do Bacen para consultar qual foi a taxa de juros informada pelo Banco Itaú ao Banco Central, através do link: [Taxas de Juros \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/indicadores/taxas-de-juros).

Ao acessar o link, aparecerá a seguinte tela:

Modalidades de crédito

Pessoa física:

Taxas pré-fixadas

- Aquisição de outros bens
- Aquisição de veículos
- Cartão de crédito parcelado
- Cartão de crédito rotativo
- Cheque especial
- Crédito pessoal consignado INSS
- Crédito pessoal consignado privado
- Crédito pessoal consignado público
- Crédito pessoal não consignado
- Desconto de cheques
- Financiamento imobiliário com taxas de mercado
- Financiamento imobiliário com taxas reguladas
- Leasing de veículos

Taxas pós-fixadas referenciada em TR

- Financiamento imobiliário com taxas de mercado
- Financiamento imobiliário com taxas reguladas

Pessoa jurídica:

Taxas pré-fixadas

- Antecipação de faturas de cartão de crédito
- Capital de giro com prazo até 365 dias
- Capital de giro com prazo superior a 365 dias
- Cheque especial
- Conta garantida
- Desconto de cheques
- Desconto de duplicata
- Vendor

Taxas pós-fixadas referenciada em juros flutuantes

- Capital de giro com prazo até 365 dias
- Capital de giro com prazo superior a 365 dias
- Conta garantida

Taxas pós-fixadas referenciada em moeda estrangeira

No final da tela, você irá se deparar com as seguintes opções:

Histórico Posterior a 01/01/2012

Histórico anterior a 01/01/2012

Como no exemplo estamos tratando de um contrato celebrado em 01/06/2021, basta selecionar Histórico Posterior a 01/01/2012.

Logo em seguida vai aparecer uma outra tela para preencher o segmento, modalidade, tipo de engargo e período:

Histórico de Taxa de juros

Segmento: *

Pessoa Física

Modalidade: *

Crédito pessoal não-consignado - Pré-fixado

Período: *

01/06/2021 a 08/06/2021

CSV

Exportar

No nosso exemplo, ficou da seguinte forma:

- Segmento: Pessoa física.
- Modalidade: Crédito pessoal não-consignado – Pré-fixado (Empréstimo Pessoal)
- Período: Data do Contrato (01/06/2021)

Logo em seguida, aparecerá uma lista com diversos bancos e instituições financeiras, com as taxas médias de juros mensal e anual aplicadas por estas instituições, vide exemplo:

Posição	Instituição Financeira	Taxas Juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BANCO INTER	0,87	10,91
2	BCO ANDBANK S.A.	1,10	14,03
3	BCO MODAL S.A.	1,15	14,66
4	BCO SAFRA S.A.	1,42	18,39
5	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,54	20,16
6	BCO BS2 S.A.	1,63	21,37
7	BCO INDUSCRED DE INVESTIM. S/A	1,87	24,96
8	BCO. J.SAFRA S.A.	1,99	26,67
9	BCO DA AMAZONIA S.A.	2,04	27,39
10	BCO RNX S.A.	2,24	30,46

Média do Banco Central: Consultar juros BACEN para cálculo de taxa média gratuita (calculojuridico.com.br)

Ao acessar o site do Cálculo Jurídico, você terá a seguinte tela:



Descubra se o seu cliente paga juros remuneratórios superiores à taxa média do BACEN ou taxa de mercado

Tipo de Pessoa	Modalidade	Data do contrato
Pessoa	Crédito Pessoal Não C	01/06/2021
Consultar Juros no BACEN ✓		

Assim, de igual modo, basta informar se o contrato foi feito por pessoa física ou jurídica, qual a modalidade do contrato e qual foi a data da realização, clicando em Consultar Juros no BACEN:

Descubra se o seu cliente paga juros remuneratórios superiores à taxa média do BACEN ou taxa de mercado

Tipo de Pessoa	Modalidade	Data do contrato
Pessoa Física	Crédito Pessoal Não Consignado	01/06/2021
Consultar Juros no BACEN ✓		

Pronto! Você terá como resultado a Taxa Média Mensal e Anual do Banco Central para a modalidade do seu contrato à época da contratação, conforme exemplo:

Resultado

	Juros mensal (%)	Juros anual (%)
Média	7,18	158,90

Com a Taxa Média em mãos, você deverá agora comparar com a Taxa de Juros Real cobrada no seu contrato (aquela que você já descobriu no tópico anterior);

Se a Taxa de Juros aplicada em seu contrato for 2x (duas vezes) superior à Taxa Média do BACEN, o seu contrato é ABUSIVO e cabe REVISÃO JUDICIAL!

No nosso exemplo, a taxa média de juros para contratos de empréstimo pessoa, em 01/06/2021 (data de assinatura do contrato), foi de 7,18% a.m. e 158,90% a.a.

Ou seja, a taxa de juros do contrato (4,88%) é menor que a taxa média do Banco Central do Brasil (7,18%), concorda?

Assim, 4,88% vai ser o seu parâmetro nos cálculos por ser a taxa mais favorável ao seu cliente. É incomum, mas pode acontecer.

5.3 - Súmula 530 do STJ

A Súmula 530 do STJ diz o seguinte: **Nos contratos bancários, na impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada - por ausência de pactuação ou pela falta de juntada do instrumento aos autos-, aplica-se a taxa média de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor.**

Referida Súmula é cristalina e dispensa esclarecimentos, mas gostaria frisar que é de suma importância para a fundamentação das ações revisionais de contratos bancários, uma vez que deixa claro que, nos contratos bancários, sendo impossível comprovar a taxa de juros efetivamente contratada, por ausência de pactuação ou pela falta de juntada de instrumento aos autos, aplica-se a taxa média do mercado, divulgada pelo Banco Central, praticada nas operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor.

Embora pareça só servir em casos de ausência de pactuação ou pela falta do instrumento (contrato), referida cláusula também é aplicável pela jurisprudência, em casos onde a Taxa Média do BACEN é inferior à Taxa pactuada no contrato.

Ou seja, comprovado que o Banco está cobrando uma taxa de juros muito superior à média estipulada pelo Banco Central, você poderá entrar com uma ação revisional, pedindo a fixação da taxa média no contrato, utilizando, como base, a Súmula 530 do STJ, devendo ser aplicado no contrato, a taxa mais vantajosa para o devedor (consumidor).

Importante ressaltar que os Tribunais têm entendido que a Taxa de Juros é considerada abusiva quando é 1,5x superior à Taxa Média do Bacen.



Capítulo

Considerações Finais

Caros leitores,

Chegamos ao final desta jornada dedicada à análise de contratos bancários, e quero expressar minha gratidão por terem acompanhado este e-book. Espero que as informações compartilhadas aqui tenham sido valiosas para o aprimoramento de seus conhecimentos no fascinante campo do direito bancário.

Nesta busca pela compreensão mais profunda dos contratos bancários, exploramos estratégias para identificar cláusulas abusivas, táticas de negociação eficazes e orientações práticas para ações judiciais. O compromisso com a especialização contínua foi ressaltado como um caminho essencial para o sucesso no enfrentamento dos desafios em constante evolução desse setor.

Agradeço por confiarem em meu trabalho e dedicarem seu tempo a esta leitura. Cada palavra foi elaborada com o objetivo de proporcionar insights úteis e práticos que impulsionem o crescimento profissional.

Agradeço por confiarem em meu trabalho e dedicarem seu tempo a esta leitura. Cada palavra foi elaborada com o objetivo de proporcionar insights úteis e práticos que impulsionem o crescimento profissional.

Convido-os agora a continuar essa jornada de aprendizado e troca de experiências. Siga-me nas redes sociais para ficar atualizado sobre as últimas novidades no campo do direito bancário, compartilhar insights e se conectar com uma comunidade engajada.



Ah, não se esqueça de me seguir nas **Redes Sociais**

 @hugopimentel

 @hugopimenteladv

 @hugopimenteladv

 @hugopimenteladv